

SUMÁRIO

CAPÍTULO I: O Direito Notarial como objeto científico

1. Direito Notarial	23
2. Da compreensão do objeto científico do direito notarial – Da hermenêutica notarial	24
3. Dos métodos de abordagem científica	25
3.1. Método dedutivo.....	25
3.2. Método indutivo.....	26
3.3. Método hipotético-dedutivo	26
3.4. Método dialético	26
3.5. Método sistêmico.....	26
4. Do Direito Notarial como ramo autônomo do Direito	28

CAPÍTULO II: Conceito e objeto do Direito Notarial

1. Conceito de Direito Notarial	33
2. Objeto do Direito Notarial	34
2.1. Objeto e ciência	34
2.2. Objeto da ciência do Direito.....	35
2.3. Objeto do Direito Notarial	42
3. O ato notarial como objeto científico do Direito Notarial	44

CAPÍTULO III: História do notariado

1. Primitivismo e origem do notariado	51
2. Principais antecedentes	53
3. Notariado do século VI à modernidade	55
4. Notariado moderno	60

CAPÍTULO IV: Organização notarial

1. Organização e normas reguladoras	63
1.1. Constituição da República Federativa do Brasil.....	65
1.2. Lei federal nº 8.935, de 18 de novembro de 1994	74
1.3. Normas complementares nos Estados – Lei Estadual nº 11.183, de 29 de junho de 1998.....	85

2. Estrutura orgânica notarial	90
2.1. No Brasil	90
2.2. Nos demais países	91
3. Função notarial	92
3.1. Função pública	94
3.2. Função jurídica	95
3.3. Função independente e imparcial	97
3.4. Função unitária.....	98
3.5. Função conservadora.....	98
3.6. Função autenticadora	99
3.7. Função preventiva.....	100
3.8. Função social	102
4. Questões extrínsecas à atividade notarial	102
4.1. Da não incidência do Código de Defesa do Consumidor respectivamente aos efeitos dos atos notariais praticados	102
4.2. Da não ocorrência de sucessão trabalhista na defluência de titularidade na serventia notarial	104

CAPÍTULO V: Ato notarial

1. Conceito	113
2. Classificação dos atos notariais	115
I – Quanto ao seu objetivo	115
II – Quanto ao exercício da função notarial	115
2.1. Atos constitutivos.....	116
2.1.1. Escritura pública.....	117
2.1.1.1. Conceito.....	119
2.1.1.2. Histórico.....	120
2.1.1.3. Exigência, conteúdo, requisitos e formalidades	134
2.1.1.4. Classificação	139
2.1.1.5. Conclusão.....	140
2.1.2. Ata notarial.....	142
2.1.2.1. Breve comentário	142
2.1.2.2. Competência notarial	143
2.1.2.3. Ata notarial como documento	145
I – Conceito	145
II – Objeto.....	153
III – Requisitos e forma	156
IV – Das classificações.....	158
2.1.2.4. Dos tipos de atas notariais	159
2.1.2.5. Da classificação das atas notariais.....	160

1. Segundo sua natureza jurídica.....	161
2. Segundo sua finalidade específica	164
3. Segundo a temporalidade do fato ou ato	165
2.1.2.6. Das espécies de ata notarial	166
a) Ata de comparecimento ou de presença	166
b) Ata de controle e percepção	168
c) Ata de fatos próprios do notário	168
d) Ata de certificação notarial	168
e) Ata de manifestação	168
f) Ata de referência	168
g) Ata de notoriedade	169
h) Ata de protocolização.....	169
i) Ata de depósito.....	170
j) Ata de protesto	170
k) Ata de notificação ou de interpelação	170
l) Ata de subsanação.....	170
m) Ata de retificação de registro.....	171
3. Do projeto More Legal IV.....	171
4. Gleba legal	176
5. A ata notarial e o reconhecimento de usucapião extrajudicial no novo Código de Processo Civil	182

CAPÍTULO VI: Registros

1. Registro por arquivamento, registros de documentos e registros de fatos	187
1.1. História, conceito e finalidade.....	187
1.2. Registro de fatos	187
1.3. Registro por arquivamento	188
1.4. Registro de documentos	189
1.5. Registro de títulos e documentos	189
1.6. Registro imobiliário.....	190
1.6.1. Dos princípios gerais do registro de imóveis e sua relação com o Direito Notarial – Tabelionato de notas	191
- Princípio da continuidade registral	191
- Princípio da obrigatoriedade do registro	192
- Princípio da rogação ou instância.....	192
- Princípio da legalidade ou do controle da legalidade	193
- Princípio da fé pública	194

- Princípio da presunção de veracidade ou da legitimidade	194
- Princípio da especialidade	195
- Princípio da parcelaridade ou cindibilidade do título.....	195
- Princípio da prioridade	195
2. Atos declarativos de autenticação.....	196
2.1. Autenticação de fatos.....	196
2.1.1. Atos declarativos de autenticação	197
2.1.2. Autenticação de documento avulso	198
2.1.3. Autenticação de fotocópia.....	199
2.1.4. Autenticação de microfilmes	200
2.1.5. Reconhecimento de letras e firmas.....	201
I – Forma.....	205
II – Espécies.....	207
III – Exigibilidade.....	208
IV – Finalidade	209
V – Responsabilidade.....	210
2.1.6. Reconhecimento de chancelas	210

CAPÍTULO VII: Testamento

1. Conceito	215
2. Natureza jurídica.....	223
3. Espécies e requisitos.....	228
3.1. Formas de testamento.....	228
3.1.1. Formas ordinárias de testamento.....	229
3.1.1.1. Testamento público	229
3.1.1.2. Testamento cerrado.....	232
3.1.1.3. Testamento particular	234
3.1.1.4. Dos codicilos	235
3.1.1.5. Das diretivas antecipadas de vontade.....	236
3.1.2. Testamentos especiais	239
4. Capacidade testamentária	240
4.1. Capacidade testamentária ativa.....	243
4.2. Capacidade testamentária passiva.....	245
5. Deserdação.....	249
6. Breve comentário sobre disposições testamentárias.....	251

CAPÍTULO VIII: União Estável

1. Introdução.....	257
2. União Estável	257

2.1 – Conceito.....	258
2.2 – Pressupostos para a constituição.....	260
2.2.1 – Convivência pública.....	260
2.2.2 – Convivência contínua.....	260
2.2.3 – Convivência duradoura.....	261
2.2.4 – União estabelecida com o objetivo de constituição de família.....	261
2.3 – União estável paralela ao casamento e uniões estáveis paralelas (plúrimas): (im)possibilidade jurídica?	262
3. Forma Jurídica	264
3.1 – Quanto ao instrumento.....	266
3.1.1 – Particular	266
3.1.2 – Público	266
3.2 – Quanto ao objeto	267
3.2.1 – Com convenção sobre bens.....	267
3.2.2 – Sem convenção sobre bens	268
3.3 – Quanto à extensão do objeto	268
3.3.1 – Declaratório de união estável preexistente	268
3.3.1.1 – Unilateral	269
3.3.1.2 – Bilateral	269
3.3.2 – Constitutivo de união estável.....	269
3.3.2.1 – O Provimento nº 37/2014 do Conselho Nacional de Justiça	271
4. Conclusão	274

ANEXOS I

(Minutas de atos notariais)

Apresentação	277
1. Auto de aprovação de testamento cerrado	279
2. Compra e venda com alvará de autorização	281
3. Contrato particular de confissão de dívida com garantia real.....	285
4. Dissolução de união estável.....	290
5. Doação de imóvel - parte disponível.....	293
6. Doação em adiantamento de legítima com reserva de usufruto.....	297
7. Escritura de transmissão de bem imóvel por aditamento à compra e venda e permuta	301
8. Escritura pública dação em pagamento com pacto de retrovenda....	305
9. Escritura pública de compra e venda Imóvel Rural	310
10. Escritura pública de compra e venda imóvel Urbano.....	313
11. Inventário - adjudicação de bens.....	317
12. Inventário e partilha	323

13. Pacto antenupcial	332
14. Procuração compra e venda.....	333
15. Procuração mediante instrumento público.....	335
16. Restabelecimento de sociedade conjugal.....	336
17. Sobrepartilha separação.....	339
18. Testamento público	344
19. Testamento vital - declarações antecipadas de vontade	348
20. União homoafetiva	350
21. Lei - Plano Diretor de Estrela	352

ANEXOS II

(Exemplos de consultas formuladas ao juízo da Vara de Registros Públicos)

1. Legitimidade para Suscitar Dúvida.....	371
2. CND - INSS - Caráter Normativo da Inexigibilidade	379
3. Contrato com Pessoa a Declarar	399

ANEXOS III

(Seleção de Legislação Pertinente à Atividade Notarial)

1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.....	413
2. Lei N.º 8.935, de 18 de Novembro De 1994	413
3. Lei N.º 10.169, de 29 de Dezembro De 2000.....	420
4. Lei N.º 11.183, de 29 de Junho De 1998	421
5. Lei N.º 12.692, de 29 de Dezembro De 2006.....	426
6. Consolidação Normativa Notarial e Registral	430
7. Lei N.º 6.015, de 31 de Dezembro De 1973.....	460

BIBLIOGRAFIA.....	505
--------------------------	------------